

CARTA DE OURO PRETO 2026

21ª CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto - 25 a 30 de Junho de 2026

18º Fórum da Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual - Rede Kino

Reunidos na 21ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, nós, integrantes da Rede Kino - Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual, reafirmamos o cinema como experiência, direito e território de invenção. Inspirados pelo conceito curatorial “Primeira vez: cinema, descoberta e invenção”, celebramos os gestos inaugurais com o cinema como potência de experiências sensíveis, políticas e pedagógicas. Como no filme *Por primera vez*, de Octavio Cortázar, acreditamos na capacidade de espanto que cada imagem guarda ao encontrar um olhar.

O tema da Mostra esse ano - “Um País Existe nas Imagens que Preserva” - nos convoca a uma responsabilidade histórica: preservar imagens é também preservar memórias, sensibilidades e identidades, e educar é ativar esses elementos, devolvendo-lhes movimento e presença. Ao longo da programação, essas ideias se desdobraram em encontros, debates e exposições que reuniram 103 filmes inscritos e 46 exibidos, produzidos em escolas e territórios diversos, além de 21 projetos audiovisuais educativos latino-americanos, com a presença de representantes de Argentina, Uruguai, Colômbia, México e das cinco regiões brasileiras. A programação contou com a presença de adolescentes e jovens que somaram suas vozes e olhares ao debate, participação que celebramos e incentivamos para os próximos encontros. Essas experiências reafirmam o cinema como prática situada nos territórios, destacando a agência de crianças, jovens, adultos e comunidades como criadoras e transformadoras dos seus contextos.

Vivemos um momento histórico marcado pelo crescente fortalecimento de governos que instrumentalizam a educação, a cultura e o cinema para promover desinformação, reafirmar preconceitos e legitimar a intolerância, recolocando dinâmicas coloniais, opressoras e predatórias na América Latina e no mundo. Esse projeto é indissociável da maneira como as novas tecnologias estão sendo empregadas nas relações sociais, econômicas e geopolíticas em escala global.

É nesse contexto que, como nos alerta Frei Betto, se torna urgente “restituir historicidade ao tempo”, em contraposição ao “presente perpétuo” das redes digitais, que minam a reflexão crítica e a capacidade de projetar sonhos e utopias que inspirem as novas gerações. Em contraponto a essa dinâmica, defendemos o cinema como um tempo-espço de pausa, de encontro, de invenção, de produção de saberes e conhecimentos e de partilha do sensível.

O cinema, nesse sentido, aparece como prática de escuta das vozes historicamente silenciadas, abrindo espaço para outras realidades e narrativas possíveis de pessoas com deficiência, indígenas, negros, comunidades tradicionais, mulheres e LGBTQIAPN+, cujas lutas históricas constituem o horizonte das perspectivas democráticas contemporâneas.

No entanto, essa potência criadora do cinema na educação enfrenta barreiras estruturais no Brasil. Os debates sobre as Diretrizes e Normas sobre Arte na Educação Básica - complemento m Base Nacional Comum Curricular, evidenciam avanços no reconhecimento da Arte como área de conhecimento e na crítica m polivalência docente, mas também tornam visível uma ausência importante: o cinema ainda não figura como linguagem específica na BNCC. Essa lacuna não é apenas curricular, mas simbólica e política. Como pode o cinema ser central na formação de uma cidadania crítica se não pode sequer ser nomeado como componente curricular específico? Essa omissão o reduz a mero recurso ilustrativo ou secundário, negando sua singularidade e

enfraquecendo a presença do cinema nas Licenciaturas e cursos de formação de professores de Arte e na Educação Básica.

Defendemos que ensinar cinema exige formação inicial e continuada de docentes, reconhecendo um saber próprio, tecido entre teoria, sensibilidade e prática, sem o qual sua presença nas escolas permanece incompleta. No Brasil, temos mais de 180 cursos superiores de cinema e audiovisual, e já há 3 licenciaturas em cinema e audiovisual (UFF, UERJ, UFCA). Reivindicamos que o cinema seja reconhecido como componente curricular autônomo nas ações curriculares, com tudo que isso implica no cotidiano escolar, destinação de recursos e infraestrutura, e formação docente.

A Rede Kino tem promovido debates e articulações importantes para a implementação da Lei 13.006/14, que prevê a obrigatoriedade da exibição de no mínimo duas horas de filmes nacionais na educação básica, como currículo complementar. Em 2024, a Rede sistematizou uma proposta de Programa Nacional de Cinema na Escola, que foi estruturada após ampla consulta pública, como explicitado na Carta de Ouro Preto daquele ano. Em 2025, convocamos os agentes do campo numa mobilização política e reafirmamos a urgência da assinatura da Proposta de Decreto para regulamentação da Lei (processo 23000.030599/2024-97). Verificamos que se, por um lado, o governo federal ainda não assinou a proposta; por outro, houve um significativo progresso nas mobilizações políticas municipais e locais.

Nesse sentido, a parceria com a APAN - Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro, que tem sido fundamental na articulação política com municípios para tramitação de Projetos de Lei de cinema nas escolas. Informamos que, neste momento, há Projetos de Lei tramitando em municípios de 16 estados. Foram recentemente aprovados os PL 39/2026, em Fortaleza-CE, e PL 126/2026, em Ponta Grossa-PR, que instituem a política municipal de fomento ao cinema na rede pública de ensino.

Ainda no que diz respeito às políticas públicas relacionadas ao cinema na escola, é importante sinalizar a necessidade de ampliar o debate sobre a Lei 15.100/25, que regulamenta e restringe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais (incluindo celulares, tablets e notebooks) por estudantes em todas as etapas da Educação Básica. Embora o texto da Lei reconheça a importância do trabalho pedagógico com as telas, rezeamos que a sua implementação chegue nas escolas como uma interdição sem diálogo, desconsiderando a importância da valorização dos professores e professoras na mediação para criar uma relação saudável com as telas, com destaque para ações com o cinema e audiovisual enquanto educação digital e midiática.

No campo do cinema e da educação indígena, o encontro deste ano celebrou os 40 anos do projeto Vídeo nas Aldeias, refletindo sobre a potência do “retorno das imagens” às suas comunidades para a produção de um *arquivo vivo* mobilizado pelo cinema. O acervo do projeto Vídeo nas Aldeias possui mais de 8000 horas de material bruto e mais de 70 filmes, constituindo um patrimônio cultural que precisa ser reconhecido pelo Estado Brasileiro para a sua efetiva preservação e circulação, inclusive nas escolas.

Reforçamos a importância da constituição de diferentes acervos e curadorias facilitando o acesso à cinematografia latino-americana, brasileira e escolar, a partir de iniciativas dos governos e da sociedade civil, como nos recentes lançamentos da plataforma Tela Brasil pelo governo federal, e de uma quantidade de plataformas públicas de iniciativas independentes ou universitárias, tais como a Cine na Escola, que dá início e materializa um Acervo Audiovisual Escolar Livre, como idealizado na carta de Ouro Preto, em 2015.

Ainda no âmbito da difusão do cinema brasileiro, destacamos a importância dos Festivais de cinema como projetos fundamentais de circulação de obras produzidas em

contextos de educação. Esses festivais, conjuntamente com as experiências de cineclubes, constituem espaços de ativação dos múltiplos acervos que as práticas de cinema e educação geram, e ampliam a interação com comunidades de diferentes territórios.

Desse modo, reforçamos a importância da articulação entre as políticas públicas para o currículo e a formação docente, o fortalecimento de acervos, curadorias e ações de difusão, bem como a atuação das universidades no âmbito da pesquisa e desenvolvimento para fortalecer a presença do cinema nas escolas latino-americanas na perspectiva ética e política que defendemos, voltado m defesa dos direitos humanos e da natureza, no respeito m diversidade e na defesa da democracia.

Com o crescimento do mercado de tecnologias educacionais baseadas em inteligência artificial no Brasil, o futuro do ensino público corre maior risco de ser modelado por interesses privados, no interior da lógica neoliberal. A progressiva plataformização da Educação Básica implica na transferência de dados sensíveis para empresas de capital estrangeiro, sem transparência sobre seu tratamento e salvaguarda. Essa dinâmica impõe severos riscos m soberania nacional e m independência intelectual do país. Por isso, repudiamos quaisquer investimentos ou acordos de cooperação entre o Estado brasileiro e corporações que financiam a guerra e estimulam a opressão entre países. Apostamos na criação de infraestruturas digitais e no desenvolvimento de tecnologias locais, não-proprietárias, que ofereçam as condições plenas para a produção do conhecimento.

Diante dessas questões, declaramos ser inadiável:

1. A efetiva regulamentação da Lei nº 13.006/2014, a implementação do Programa Nacional de Cinema nas Escolas, e o avanço de mobilizações municipais e estaduais pela aprovação de projetos de lei de cinema nas escolas;
2. A inclusão explícita do Cinema como componente curricular na reformulação

- da BNCC e sua devida sustentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
3. A garantia de formação inicial e continuada para professores, com incentivo da implementação de disciplinas de cinema na reformulação do currículo das licenciaturas e pedagogia, e criação de novos cursos de licenciatura em cinema e audiovisual;
 4. A criação de linhas de fomento para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias brasileiras no campo da educação, cinema e audiovisual, e a urgente suspensão de contratos entre o Estado brasileiro e corporações de tecnologia que lucram com a guerra e violam a soberania dos povos.

Reconhecemos, por fim, a importância da crescente articulação latino-americana da Rede Kino, uma rede que se fortalece nos vínculos entre as mais diversas experiências com cinema e educação do continente. A realidade que demandamos, portanto, não é uma abstração, ela já pulsa nas práticas que esta rede articula e celebra.

Quando o cinema finalmente chegar a todas as escolas, que o faça como se fosse sempre a primeira vez, preservando o espanto, a delicadeza do encontro e a potência de transformação que habita cada imagem.

Participantes do 18º Fórum da Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual - Rede Kino.

Ouro Preto, 30 de junho de 2026.